

METODOLOGIA TRANSPARÊNCIA ATIVA 2019

O QUE É ESTE DOCUMENTO?

Esta metodologia de avaliação de Transparência Ativa para Entes Públicos¹ foi construída e aprimorada pelo **Programa de Transparência Pública** da Fundação Getulio Vargas (PTP-FGV) entre 2014 e 2018².

O propósito dessa metodologia é avaliar as informações de transparência ativa disponibilizadas nos websites de entidades públicas, de acordo com as determinações do artigo 8º da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

Em seu período de existência, a presente metodologia já foi utilizada para avaliar mais de 500 entidades públicas em sua adequação à Lei de Acesso à Informação. Buscamos promover o uso da seguinte avaliação por pesquisadores de toda natureza. Auxílio na aplicação pode ser obtido por intermédio de nosso **e-mail de contato**.

O QUE É AVALIADO?

Este documento avalia a conformidade aos itens de transparência ativa pelas entidades públicas nos websites das próprias entidades, conforme listados no oitavo artigo da **Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)**: Estrutura Organizacional, Programas e Ações, Despesas, Licitações e Contratos e Transferências. O sexto item listado na LAI, *Perguntas Frequentes*, não é avaliado devido a sua natureza discricionária.

Mediante a ausência de um website e, portanto, a impossibilidade da aplicação dessa metodologia, a entidade automaticamente receberá nota 0 (zero).

¹ O Programa de Transparência Pública agradece a colaboração do Observatório Social do Rio de Janeiro, através da sua presidente, Tatiana Bastos, e dos pesquisadores Jonas Coelho, Tatiana Cerginer, Taiana Fortunato, Jefferson França, Irene Niskier, Rodolfo Luna, Rafael Velasco e Victoria Fernandes na elaboração desta versão da Metodologia de Transparência Ativa.

² Esta metodologia define entidade pública como todo e qualquer órgão e jurisdição do Estado brasileiro.

COMO AVALIAMOS?

Os princípios observados nessa metodologia são adaptações dos **Oito Princípios de Governo Aberto**, e se aplicam aos cinco itens listados anteriormente. Estes princípios consistem em:

○ **Compleitude:** avalia todo o dado público que está sendo disponibilizado, de acordo com as determinações presentes no artigo 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Para alguns itens, as informações avaliadas com relação a esse princípio estão divididas em duas categorias:

———— **Itens essenciais:** São os itens imprescindíveis para o entendimento do cidadão ou para a coerência da política pública de transparência e acesso à informação.

———— **Itens complementares:** São os itens cuja obrigatoriedade do cumprimento não está necessariamente prevista pela Lei nº 12.527/2011, mas que são considerados padrões mínimos de boas práticas.

○ **Dados Primários:** o dado deve ser coletado da fonte, com o maior nível possível de granularidade. No caso de modificações ou agregações de qualquer natureza terem sido feitas, o dado desagregado ainda deve estar disponível. Nesta avaliação, esse princípio está incorporado no cálculo de *Compleitude*.

○ **Tempestividade:** a informação deve ser tão atual quanto possível, de forma a manter a relevância do dado. Esta avaliação considera o website atualizado se ele possui informações inseridas há menos de 90 dias da data da consulta.

- **Acessibilidade:** o dado deve estar disponível para o maior número possível de usuários, atendendo ao maior número possível de objetivos. Nesse sentido, nessa metodologia são avaliados (i) a inclusão de portadores de deficiência, (ii) a facilidade no acesso e (iii) a usabilidade das informações presentes no website.
- **Processabilidade:** o dado deve estar estruturado de forma que permita o processamento automatizado, em formato aberto – editável e não-proprietário.
- **Não-proprietário:** o formato de disponibilização da informação deve ser livre. Nesta avaliação, esse princípio está incorporado no cálculo de Processabilidade.
- **Não-discriminação:** o dado deve estar disponível a todos e todas, sem obrigatoriedade de fornecimento de dados pessoais ou qualquer outra informação que identifique o usuário.
- **Licença Livre:** a informação não pode estar protegida por nenhum tipo de direito autoral, patente ou semelhante, podendo ser livremente reutilizada. O anexo 1 lista os tipos de licença recomendados.

Idealmente, a avaliação dos websites das entidades deverá ser realizada por, ao menos, dois avaliadores (coders). Os coders deverão trabalhar independentemente registrando sua análise em documento não-compartilhado e sem trocar informações com os demais avaliadores, a não ser quando expressamente solicitado. A codificação em dupla (ou trio, etc.) tem como objetivo aumentar a confiabilidade dos resultados, pois ajuda a reduzir o impacto da subjetividade do pesquisador sobre a análise.

Os coders deverão realizar captura de tela (print screen) de toda página avaliada em cada etapa da aplicação dessa metodologia a fim de permitir posterior reanálise em caso de incongruência na pontuação atribuída pelos diferentes coders.

A orientação para o cálculo do índice geral de transparência da entidade avaliada encontra-se no final deste documento.

Tabela 1: Princípios por Áreas

ITEM/ PRINCÍPIO	PROGRAMAS/ AÇÕES		DESPESAS	LICITAÇÕES E CONTRATOS	TRANSFERÊNCIAS DE ORÇAMENTO
Compleitude	Estrutura Organizacional, endereço, telefone e horário de operação.	Lista e descrição dos programas, projetos, ações e trabalhos,	Valor, Data, Objeto, Fornecedor, ID, Subfunção e possibilidades de ordenamento.	Valor, Data, Objeto, Modalidade, ID, Projeto Básico, Busca, Editais, Ata, Contratante, Vigência, Prazo, Download dos contratos, possibilidade de ordenamento.	Valor, Data, Objeto, Concedente e conivente, Valor a liberar, Total Liberado, Contrapartida, Transferências Voluntárias, Possibilidade de ordenamento.
Processabilidade	n/a	n/a	Dados disponíveis em formato legível de forma automatizada (ex.: XLS, CSV)	Dados disponíveis em formato legível de forma automatizada (ex.: XLS, CSV)	Dados disponíveis em formato legível de forma automatizada (ex.: XLS, CSV)
Acessibilidade	Análise unificada para todo o website: Links operacionais, informação de fácil acesso, e ferramentas de inclusão para deficientes.				
Tempestividade	n/a	n/a	Informação atualizada.	Informação atualizada.	Informação atualizada.
Não-discriminação	Análise unificada para todo o website: Não há exigência de identificação para acessar dados de transparência ativa.				
Licença Livre	Análise unificada para todo o website: Possui licença aberta para o conteúdo disponibilizado.				
Dado Primário	Englobado em completude.				
Não-proprietário	Englobado em processabilidade.				

COMPLETUDE - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

PROTOCOLO - Coder deverá acessar a homepage ou o Portal da Transparência da entidade e verificar as informações a seguir. Em caso de entidades com várias unidades administrativas, verifique se pelo menos 3 estão contempladas:

O website da entidade/Portal da Transparência deve disponibilizar uma página contendo:

- i. Estrutura organizacional fornecendo, no mínimo, uma lista com o nome de diferentes unidades administrativas ou posições (Ex: secretarias, ministérios; ou gabinetes parlamentares, tribunais, Poder Legislativo e Judiciário, respectivamente, diretores, etc.), se houver;
- ii. Deve ser possível encontrar endereços físicos;
- iii. Deve ser possível encontrar horários de atendimento ao público;
- iv. Deve ser possível encontrar um telefone de contato geral com o órgão ou, caso este não exista, o contato geral.

- 100 = 3 de 4
- 50 = 2 de 4
- 0 = 1 ou menos

COMPLETUDE - PROGRAMAS E AÇÕES

PROTOCOLO - Coder deverá acessar a homepage ou o Portal da Transparência da entidade e verificar as informações a seguir. Se não houver indicação de datas de atualização da página, o coder deverá buscar informações sobre os programas e ações em outras fontes.

O website da entidade deve disponibilizar uma página contendo:

- i. Lista de programas/ações da entidade;
- ii. Descrição que forneça, pelo menos, os objetivos gerais de cada programa/ação;
- iii. Cabeçalho que informe a data da última atualização dentro do último ano ou informações no texto que indiquem atividades realizadas durante o último ano;

- 100 = 3 de 3
- 50 = (i) e (iii)
- 0 = (i), nada ou qualquer outra combinação (Ex: (i) e/ou (ii))

COMPLETUDE - DESPESAS

PROTOCOLO - Coder deverá acessar a seção de despesas do Portal da Transparência da entidade e analisar três dimensões: elementos essenciais, elementos complementares e extensão histórica dos dados.

Os resultados sobre os quais o coder fará as avaliações deverão ser duas datas para todas as entidades: [mês completo anterior à avaliação, no ano corrente] e [penúltimo mês anterior à avaliação, no ano corrente]. Caso esses dados não estejam disponíveis, a avaliação deve ser feita com o primeiro item do [mês anterior à avaliação, do ano anterior à avaliação], e do [mês da avaliação, do ano anterior à avaliação].

Caso a busca por data não seja permitida, coder deverá avaliar o primeiro e último item da primeira página. Coder deve também registrar link ou nome/número do item analisado para ser analisado pelo segundo coder.

Essenciais

O Portal de Transparência deve possuir informações sobre:

- i. Qualquer referência aos valores pagos³;
- ii. Data paga contendo pelo menos a indicação de mês e ano da transação;
- iii. Objeto do serviço prestado/bem fornecido;
- iv. Entidade e fornecedor (documento identificador, seja CPF ou CNPJ)⁴;
- v. Número de processo;
 - 100 = 5 de 5
 - 50 = 4 de 5, incluindo (i) e (iv)
 - 10 = Menos de 4

³ “Despesas devem ser apresentadas em termos brutos. Dedicadas e taxas de utilização devem ser contabilizadas separada e claramente. Isto deve ser feito independentemente do fato de determinados sistemas de incentivo e de controle determinarem a manutenção de algumas ou de todas as do organismo de recolha”. Em OECD (2002), OECD Best Practices for Budget Transparency, p.8, tradução livre

⁴ “Informações suplementares classificando as despesas por categorias econômicas e funcionais também devem ser apresentadas.” Ibid, p. 9.

ELEMENTOS COMPLEMENTARES

O Portal de Transparência deve possuir informações sobre:

- i. Valores empenhados;
- ii. Data de Empenho com pelo menos indicação do mês e ano da transação;
- iii. Propósito (Subfunção Programática) da despesa⁵;
- iv. Possibilidade de reordenar despesas em função do valor⁶;
 - 100 = 3 de 4
 - 50 = 2 de 4
 - 10 = Menos de 2

EXTENSÃO HISTÓRICA⁷

PROTOCOLO – Responda as perguntas a seguir, registre qualitativamente:

- i. Quando começa o conjunto de dados?
- ii. Existem lacunas visíveis nos dados?
- iii. Se sim, registre essas lacunas – de quando a quando?

⁵ “Informações suplementares classificando as despesas por categorias econômicas e funcionais também devem ser apresentadas.” Ibid, p. 9.

⁶ “Compras e vendas de bens públicos deve ser realizada de forma aberta, e as principais transações devem ser separadamente identificadas” em IMF. (2007). International Monetary Fund Code Of Good Practices On Fiscal Transparency. IMF, p. 4.

⁷ Embora não componha o cálculo da nota, o coder deverá registrar estas informações para fins de análise qualitativa.

COMPLETUDE - LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROTOCOLO - Coder deverá acessar a seção de licitações e contratos do Portal da Transparência da entidade e analisar três dimensões: elementos essenciais, elementos complementares e a extensão histórica dos dados.

Os resultados sobre os quais o coder fará as avaliações deverão ser duas datas para todas as entidades: [mês completo anterior à avaliação, no ano corrente] e [penúltimo mês anterior à avaliação, no ano corrente]. Caso estes dados não estejam disponíveis, a avaliação deve ser feita com o primeiro item do [mês anterior à avaliação, do ano anterior à avaliação], e do [mês da avaliação, do ano anterior à avaliação].

Após avaliar licitações e contratos separadamente, os resultados deverão ser somados e divididos por dois para obter a pontuação do item “Licitações & Contratos”.

Caso a busca por data não seja permitida, o coder deverá avaliar o primeiro e último item da primeira página. Coder registra link ou nome/número do item analisado para ser analisado pelo segundo coder.

Elementos Essenciais - Licitações

O Portal da Transparência deve possuir informações disponibilizadas na própria página sobre:

- i. Valor da licitação;
- ii. Data da última publicação do edital;
- iii. Objeto;
- iv. Modalidade licitatória;
- v. Número do processo ou link que relacione as informações da licitação ao contrato dela gerado;
- vi. Termo de referência ou projeto básico.

- **100 = 6 de 6**
- **50 = 5 de 6, incluindo (ii) e (vi)**
- **10 = 4 ou menos ou 5 de 6 não incluindo (II) ou (VI)**

ELEMENTOS COMPLEMENTARES - LICITAÇÕES

O Portal da Transparência deve possuir as seguintes informações / funcionalidades:

- i. Busca de licitação ou possibilidade de reordenamento;
- ii. Download dos Editais;
- iii. Data da sessão;
- iv. Ata da sessão;

- 100 = 3 de 4
- 50 = 2 de 4
- 10 = 1 ou zero

ELEMENTOS ESSENCIAIS - CONTRATOS

O Portal da Transparência deve possuir informações disponibilizadas na própria página sobre:

- i. Valor contratado;
- ii. Data de assinatura do contrato;
- iii. Objeto;
- iv. Entidade contratante e documento identificador numérico do contratado (seja CPF ou CNPJ);
- v. Número do processo ou link que relacione as informações da licitação ao contrato;
- vi. Vigência;
- vii. Prazo de execução;

- 100 = 7 de 7
- 50 = 5 de 6
- 10 = 4 ou menos

ELEMENTOS COMPLEMENTARES - CONTRATOS

O Portal da Transparência deve possuir as seguintes informações / funcionalidades:

- i. Busca de contratos por fornecedor por nome (razão social ou CNPJ);
- ii. Possibilidade de reordenamento;
- iii. Download de versão integral dos contratos.

- 100 = 2 de 3
- 50 = 1 de 3
- 10 = 0

EXTENSÃO HISTÓRICA

PROTOCOLO – Responda as perguntas a seguir, registre qualitativamente:

- i. Quando começa o conjunto de dados?
- ii. Existem lacunas visíveis nos dados?
- iii. Se sim, registre essas lacunas – de quando a quando?

COMPLETUDE -TRANSFERÊNCIAS E REPASSES

PROTOCOLO - Coder deverá acessar a seção de transferências e repasses do Portal de Transparência da entidade e analisar três dimensões: elementos essenciais, elementos complementares e extensão histórica dos dados.

Os resultados sobre os quais o coder fará as avaliações deverão ser duas datas para todas as entidades: [mês completo anterior à avaliação, no ano corrente] e [penúltimo mês anterior à avaliação, no ano corrente]. Caso esses dados não estejam disponíveis, a avaliação deve ser feita com o primeiro item do [mês anterior à avaliação, do ano anterior à avaliação], e do [mês da avaliação, do ano anterior à avaliação].

Caso a busca por data não seja permitida, coder deverá avaliar primeiro e último item da primeira página. Coder registra link ou nome/número do item analisado para ser analisado pelo segundo coder.

Elementos Essenciais - Transferências e Repasses

O Portal da Transparência deve possuir as seguintes informações individualizadas sobre cada um dos repasses e transferências realizados⁸:

- i. Qualquer referência aos valores pagos;
 - ii. Data da celebração dos repasses e transferências;
 - iii. Objeto;
 - iv. Data do início de repasses e transferências e data do fim de repasses e transferências ou vigência;
 - v. Concedente e Conveniente;
- 100 = 5 de 5
 - 50 = 4 de 5, incluindo (i) e (v)
 - 10 = Menos de 4 ou 4 de 5 não incluindo (i) ou (v)

8 O padrão da plataforma do Governo Federal e os arts. 42 a 45 da Portaria Interministerial 507/2011. São cláusulas necessárias nos instrumentos regulados por esta Portaria as que estabeleçam: I) - o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o termo celebrado independentemente de transcrição; II) as obrigações de cada um dos partícipes; V - a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas; in Brasil (2011), Portaria Interministerial 507/2011, Capítulo II, art. 43, incisos I, II, e V, CGU/MF/MP

ELEMENTOS COMPLEMENTARES

A plataforma deve possuir informações sobre:

- i. Valor Conveniado;
- ii. Valor a Liberar;
- iii. Total Liberado;
- iv. Detalhes sobre o valor a ser pago a título de contrapartida;
- v. Data de cada Liberação;
- vi. Permitir o ordenamento pelos maiores e menores valores pagos ou recebidos pela unidade avaliada por meio de transferências ou repasses no período que está sendo avaliado;
- vii. Especificação dos valores pagos a título de transferências voluntárias;

- 100 = ao menos 6
- 50 = 4 ou 5
- 10 = Menos de 4

EXTENSÃO HISTÓRICA

PROTOCOLO – Responda as perguntas a seguir, registre qualitativamente:

- i. Quando começa o conjunto de dados?
- ii. Existem lacunas visíveis nos dados?
- iii. Se sim, registre essas lacunas – de quando a quando?

PROCESSABILIDADE

PROTOCOLO - Coder deverá identificar se é possível fazer download de documentos relacionados e fazer um download teste.

- **100 = A plataforma permite o download de arquivos em formatos abertos e legíveis por máquina (Ex. CSV, ODS, XML, JSON etc.)**
- **50 = A plataforma permite o download dos arquivos, porém em formatos não legíveis por máquina (Ex. PDF, DOC, DOCX etc.)**
- **10 = A plataforma não permite o download de quaisquer documentos relativos a contratos ou licitações**

ACESSIBILIDADE

PROTOCOLO - Coder deverá verificar as seguintes informações na homepage da a) entidade **ou** b) no Portal da Transparência da entidade.

INCLUSÃO

- **100 = Permite a alteração do tamanho da fonte e a aplicação de contraste**
- **50 = Permite a aplicação de contraste**
- **10 = Não permite a aplicação de contraste**

ACESSIBILIDADE - FACILIDADE NO ACESSO

- **100 = A homepage da entidade possui link específico para o Portal da Transparência¹² ou página dedicada à disponibilização de dados**
- **10 = A homepage da entidade não possui link específico para o Portal da Transparência ou para a página dedicada à disponibilização de dados**

USABILIDADE

Para analisar o número de links quebrados, o coder deverá utilizar a página <https://www.deadlinkchecker.com/>

O Coder deve registrar o número de links quebrados. Coder deverá registrar o resultado com Print Screen.

i) Broken link: Link leva a 404 not found.

Sobre o número de links quebrados:

- **Em termos de links quebrados: se for igual ou inferior a 1% do total dos links = 100**
- **Superior a 1%, mas igual a/ou menor que 3% do total de links = 50**
- **Mais de 3% ou no caso do website da entidade inviabilizar a verificação de links = 10**

⁹ Não devem ser considerados links que redirecionem para a página de solicitação de informação de transparência passiva (e-SIC, ouvidoria, formulário de contato ou afins)

TEMPESTIVIDADE

PROTOCOLO - Coder deverá verificar a atualização mais recente disponível na página para o item analisado. Essa análise será aplicada em três itens distintos: despesas, licitações & contratos e transferências, devendo ser realizada a análise de tempestividade para cada item. Ou seja, a nota de tempestividade de despesas será de acordo com a última despesa disponível, para licitações, será a última licitação disponível, e assim por diante. No caso de não ser possível filtrar ou ordenar por data, atribui-se a nota 0.

- 100 = Atualização em 90 dias¹²
- 50 = Até 180 dias da data presente¹³
- 10 = Mais de 180 dias

NÃO-DISCRIMINAÇÃO

PROTOCOLO - Coder deverá verificar se o Portal da Transparência exige que o usuário faça login ou obriga identificação para acessar algum dado ou informação de transparência ativa.

- 100 = Não
- 50 = Sim

10 “Para fins deste Decreto, entende-se por: [...] liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;” In: Brasil (2010), Decreto nº7.185/2010, art. 2º, §2º, inciso II, Presidência da República.

11 “Os países parceiros necessitam de dados trimestrais para os registros atuais (atividade / projeto / programa, etc.) com 8 dias de atraso,” em OECD. (2012), Meeting the Busan Commitment on Transparency, Proposal for a Common, Open Standard.

LICENÇA LIVRE

PROTOCOLO - Coder deve verificar se os dados disponíveis no Portal da Transparência se encontram protegidos por alguma licença.

- **100 = Licença listada no anexo I**
- **10 = Não há menção sobre o tipo de licença ou há menção à licença privada**

COMO CALCULAR A NOTA DA ENTIDADE AVALIADA

A nota final de cada website consiste no Índice geral de Transparência (IG), que varia de 0 a 100, sendo 0 um website inteiramente incompleto e disfuncional e 100 um website que atende a todos os parâmetros mínimos de transparência ativa no contexto da lei 12.527 (LAI). O valor é obtido após a soma da nota dos cinco itens de divulgação obrigatória (Programas e Ações, Despesas, etc.) dividida por 400.

Esse índice mensura dimensões relativas à disponibilização das informações bem como a estrutura de navegação e apresentação dos dados e do próprio website.

Para melhor compreensão do cálculo final é importante revisar a nomenclatura utilizada:



ITENS: são as categorias de informações previstas no art. 8º, §1º da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011). Pela LAI, os órgãos e entidades públicas possuem o dever de divulgar pelo menos estes dados. São itens:

- **Estrutura organizacional (E)**
- **Programas e ações (PA)**
- **Despesas (D)**
- **Licitações e contratos (LC)**
- **Transferências (T)**

O sexto item listado no artigo oitavo da lei, “Perguntas Frequentes”, não é avaliado por essa metodologia.



PRINCÍPIOS: são as medidas utilizadas para averiguar o grau de transparência dos websites das entidades públicas. Enquanto os itens se referem ao conteúdo disponibilizado, os princípios se referem à forma de disponibilização deste conteúdo. São eles:

- **Compleitude (Co):** Trata-se da nota base para aquele item, a ser multiplicada pelos demais princípios conforme ilustrado no próximo tópico. Todos os itens têm sua compleitude avaliada.
 - **Dados Primários (DP):** Nesta metodologia, o princípio de Dados Primários e sua granularidade, que também se refere à disponibilização dos dados, está englobado no cálculo de Compleitude (quando relevante para o item em questão).
- **Processabilidade (Pr):** Consiste no grau de utilização dos dados disponíveis para reuso e processos de computação. A nota de processabilidade possui peso de 25%.
 - **Não-proprietário:** Refere-se ao formato no qual a informação está disponibilizada, está englobado no cálculo de Processabilidade.

- **Tempestividade (Te):** Corresponde ao período temporal para o qual as informações estão disponíveis. Possui peso de 25%.
- **Acessibilidade (Ac):** Avalia o quão funcional o website está. A nota de acessibilidade é obtida através da média das notas de Inclusão, Facilidade no Acesso e Usabilidade. Possui peso de 20%.
- **Não-discriminação (Nd):** Verifica se o website não impõe nenhuma restrição ao acesso. Possui peso de 20%.
- **Licença-Livre (LI):** Avalia a licença utilizada pelos websites das entidades públicas na disponibilização da informação. Possui peso de 10%.

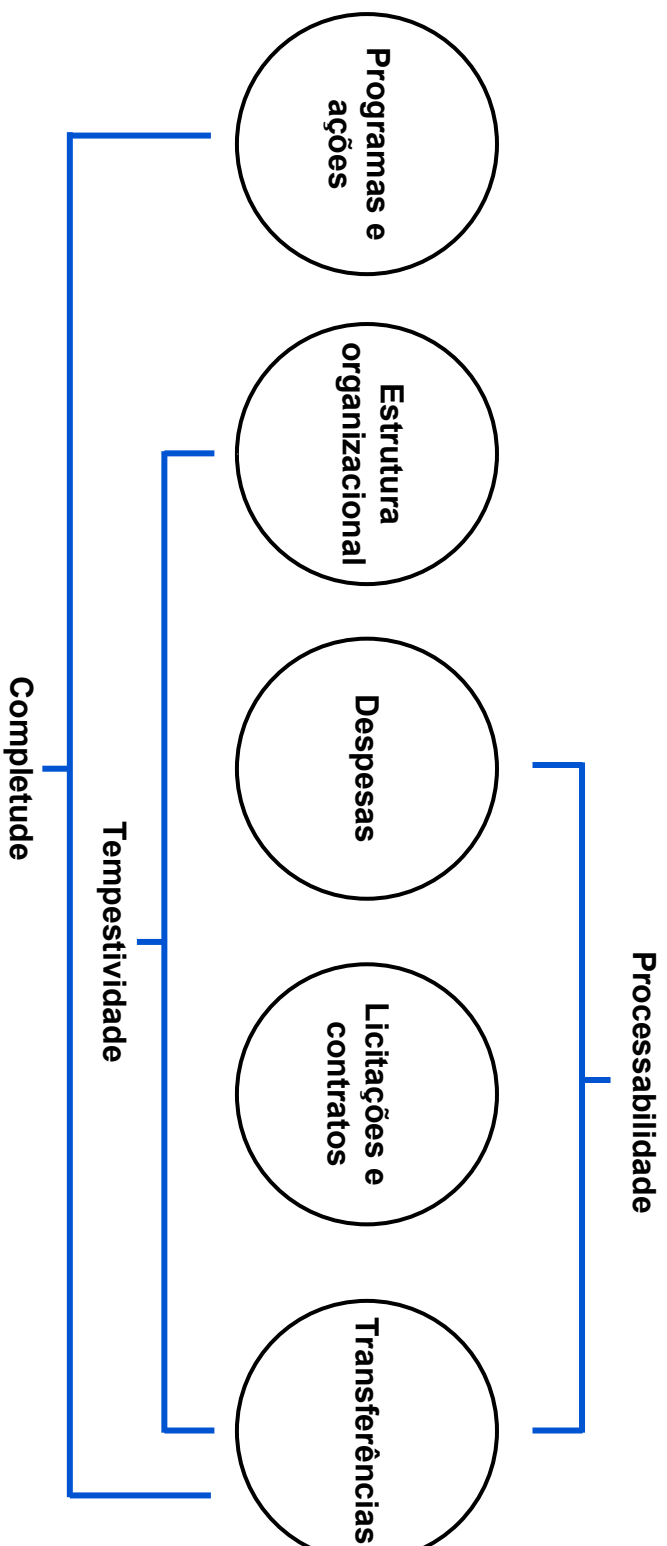
Portanto, a nota de cada item será a sua nota de completude multiplicada pelo princípio abarcado naquele item, conforme explicado de forma detalhada abaixo.

Para facilitar a compreensão dos cálculos, os princípios foram divididos em duas categorias: princípios relativos à disponibilização dos dados; e princípios relativos à utilização do website, cada um com um somatório de pesos de 50%. Dessa forma, equiparou-se o peso atribuído ao website em geral e à disponibilização das informações.

A categoria dos princípios relativos à utilização do website engloba Acessibilidade, Não-discriminação e Licença-livre. Como esses três princípios são utilizados no cálculo de todos os itens, podem ser somados em um único indicador para facilitar os cálculos seguintes. A ilustração abaixo demonstra tal procedimento usando a variável AW (Avaliação do Website), onde Ac representa 'acessibilidade', Nd 'não discriminação' e LI 'licença livre'. Lembre-se que o princípio de acessibilidade é obtido pela média da nota de Inclusão, Facilidade no Acesso e Usabilidade.

Avaliação do Website (AW):

$$AW = (Ac \times 0,20) + (Nd \times 0,20) + (LI \times 0,10)$$



O cálculo de cada item está estruturado da seguinte forma:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (E) e PROGRAMAS E AÇÕES (PA): Os dois itens são calculados da mesma forma. Essas informações englobam dados institucionais e, em geral, não necessitam ser atualizadas constantemente ou requerem volume grande de dados. Por isso, não se aplica a análise dos princípios de tempestividade e processabilidade para esses itens.

O cálculo, portanto, consistirá na nota de Completude (Co) – que varia de 0 a 100 - multiplicada pela variável de Avaliação do Website. Reiterando que a nota de Avaliação do Website possui peso de 50% e que, portanto, sua variação é de 0 a 50. Dessa forma, o valor máximo que pode ser obtido por cada um desses itens é de 5.000 pontos (50 pontos máximos na pontuação de AW multiplicado por 100 pontos máximos na pontuação da completude de cada um dos dois itens).

A soma dos dois itens corresponderá a uma pontuação máxima de 10.000 pontos. Esse valor compreende $\frac{1}{4}$ da nota final, sendo os outros $\frac{3}{4}$ correspondentes aos itens de DESPESAS (D), LICITAÇÕES & CONTRATOS (L&C) e TRANSFERÊNCIAS (T). Dessa forma, 75% da nota é destinada aos itens financeiros, com maior complexidade, e 25% para as informações institucionais, de menor complexidade.

$$\text{Estrutura Organizacional} = \text{Co} * \text{AW}$$

$$\text{Programas e ações} = \text{Co} * \text{AW}$$

DESPESAS (D), LICITAÇÕES & CONTRATOS (L&C) e TRANSFERÊNCIAS (T): Os três itens são calculados da mesma forma. Ao contrário do cálculo anterior, passam a ser considerados os princípios de Processabilidade e Tempestividade, com peso de 25% cada um. Com isso, a nota máxima que esses três itens alcançam individualmente é de 10.000 pontos (100 pontos máximos na pontuação de Completude (Co) multiplicados pelos 100 máximos resultantes da soma de AW + Processabilidade (Pr) + Tempestividade (Te). Estes dois últimos podendo alcançar no máximo 25 pontos após terem sido atribuídos os pesos).

$$\text{Despesas} = \text{Co} * (\text{AW} + \text{Pr} * 0,25 + \text{Te} * 0,25)$$

$$\text{Licitações e contratos} = (\text{Lic} + \text{Contr}) / 2$$

$$\text{Lic} = \text{Co} * (\text{AW} + \text{Pr} * 0,25 + \text{Te} * 0,25)$$

$$\text{Contr} = \text{Co} * (\text{AW} + \text{Pr} * 0,25 + \text{Te} * 0,25)$$

$$\text{Transferências} = \text{Co} * (\text{AW} + \text{Pr} * 0,25 + \text{Te} * 0,25)$$

Além disso, a nota de Completude é dividida em duas diferentes análises: Essenciais (ess) e Complementares (comp). Para os três itens listados acima, a nota de completude essencial corresponde a 70% da nota final de Completude, enquanto a nota de completude complementar corresponde a 30%. Atribuindo o termo C_{ox} à nota de Completude de despesas, licitações e contratos e transferências, o cálculo pode ser exibido da seguinte forma:

$$C_{ox} = (\text{ess} \times 0,70) + (\text{comp} \times 0,30)$$

Realizada essa etapa, o procedimento é similar aos anteriores: multiplica-se cada item por seu respectivo peso, somam-se os valores obtidos e, ao fim, multiplica-se o resultado pela nota de Completude.

O cálculo do índice geral:

Após calcular a nota para cada item, é necessário obter o cálculo do índice geral – a nota final atribuída ao cumprimento do artigo oitavo da LAI. Como cada item já foi ponderado pelo número de princípios abarcados, o IG pode ser alcançado apenas pela soma da pontuação de cada item. A soma dos itens que compõem o IG é dividida pelo número de pontos (400). Dessa maneira, o valor final encontra-se entre 0 e 100

$$I_G = \frac{(E + PA) + D + L\&C + T}{400}$$

De forma estruturada, a nota pode ser obtida da seguinte forma:

- Índice Geral
 - Itens
 - Princípios
 - Sub-categorias dos princípios (se houver)
-
- **ÍNDICE GERAL:** Nota obtida pela média das seguintes pontuações:
 - **ESTRUTURA:** Nota obtida após multiplicar a pontuação de completude pela soma dos demais princípios ponderados pelo peso indicado entre parênteses.
 - COMPLETUDE (100%)
 - AVALIAÇÃO DO WEBSITE (50%)
 - **PROGRAMAS E AÇÕES:** Nota obtida após multiplicar a pontuação de completude pela soma dos demais princípios ponderados pelo peso indicado entre parênteses.
 - COMPLETUDE (100%)
 - AVALIAÇÃO DO WEBSITE (50%)
 - **DESPESA:** Nota obtida após multiplicar a pontuação de completude pela soma dos demais princípios ponderados pelo peso indicado entre parênteses.
 - **COMPLETUDE:** Nota obtida pela soma das pontuações abaixo após multiplicação pelos seus pesos
 - ESSENCIAL (70%)
 - COMPLEMENTARES (30%)
 - AVALIAÇÃO DO WEBSITE (50%)
 - TEMPESTIVIDADE (25%)
 - PROCESSABILIDADE (25%)

- **TRANSFERÊNCIAS**

- **COMPLETUDE**
 - **ESSENCIAL (70%)**
 - **COMPLEMENTARES (30%)**
- **AVALIAÇÃO DO WEBSITE (50%)**
- **TEMPESTIVIDADE (25%)**
- **PROCESSABILIDADE (25%)**

Reiterando que a nota de avaliação do website é assim estruturada:

- **AVALIAÇÃO DO WEBSITE (50%):** Nota obtida pela multiplicação das pontuações abaixo de acordo com seus pesos

- **ACESSIBILIDADE (20%) :** Média das notas abaixo multiplicada pelo peso de 20%

- **INCLUSÃO**
- **FACILIDADE DE ACESSO**
- **USABILIDADE**
- **NÃO-DISCRIMINAÇÃO**
- **LICENÇA-LIVRE**

- **LICITAÇÕES E CONTRATO**

- **COMPLETUDE**
 - **ESSENCIAL (70%)**
 - **COMPLEMENTARES (30%)**
- **AVALIAÇÃO DO WEBSITE (50%)**
- **TEMPESTIVIDADE (25%)**
- **PROCESSABILIDADE (25%)**

Licenças Conformes Recomendadas¹²

Essas licenças se adequam à Definição Aberta e são:

Reutilizáveis: Não são específicas a uma organização ou a uma jurisdição.

Compatíveis: Deve ser compatível com pelo menos uma licença GPL-3.0+, CC-BY-SA-4.0, e ODbL-1.0. Licenças permissivas / somente de atribuição devem ser compatíveis com todas as licenças mencionadas acima e pelo menos uma das que seguem: Apache-2.0, CC-BY-4.0, ou ODC-BY-1.0

Atuais: utilização geral e considerada como uma boa prática por um amplo espectro de projetos e atores dentro dos domínios da aplicabilidade da licença.

¹² Licença de Dados Abertos. Disponível em: <http://opendefinition.org/licenses/>

LICENÇA	DOMÍNIO	BY	SA	COMMENTS
Creative Commons CCZero (CC0)	Conteúdo, Dados	N	N	Dedicado ao Domínio Público (todos direitos dispensados)
Open Data Commons Domain Dedication and Licence (PDDL)	Dados	N	N	Dedicado ao Domínio Público (todos direitos dispensados)
Creative Commons Attribution 4.0 (CC-BY-4.0)	Conteúdo, Dados	S	N	
Open Data Commons Attribution Licence (ODC-BY)	Dados	S	N	Atribuição para (bases de) dados
Creative Commons Attribution Share-Alike (CC-BY-SA-4.0)	Conteúdo, Dados	S	S	
Open Data Commons Open Database Licence (ODbL)	Dados	S	S	Atribuição Share-Alike para bases de dados

OUTRAS LICENÇAS CONFORMES

Essas licenças se adequam à Definição Aberta, mas não precisam satisfazer os requerimentos de compatibilidade ou reutilizabilidade para as licenças recomendadas, ou já foram substituídas por novas versões ou novas licenças com usos similares, ou são pouco utilizadas. Essas licenças podem ser adequadas para a instituição que as concebeu, ou para razões de legado. Se recomenda fortemente a projetos fora desses contextos que utilizem as licenças conformes recomendadas acima.

LICENÇA	DOMÍNIO	BY	SA	COMMENTS
<u>Against DRM</u>	Conteúdo	S	S	Pouco utilizada.
<u>Creative Commons Attribution</u> versões 1.0 - 3.0	Conteúdo	S	S	Inclui todas as "portas" das jurisdições; Substituída por CC-BY-4.0
<u>Creative Commons Attribution Share-Alike</u> versões 1.0 - 3.0	Conteúdo	S	S	Inclui todas as "portas" das jurisdições; Substituída por CC-BY-4.0. Além disso, CC-BY-SA-1.0 é Incompatível com qualquer outra licença
<u>Data license Germany - attribution - version 2.0</u>	Dados	S	N	Não reutilizável. Para uso por licenciadores do governo Alemão. Nota: a versão 1.0 is não foi aprovada como conforme.
<u>Data license Germany - Zero - version 2.0</u>	Dados	N	N	Não reutilizável. Para uso por licenciadores do governo Alemão. Não existe versão anterior.
<u>Design ScienceLicense</u>	Conteúdo	S	S	Pouco utilizada, incompatível com outras licenças.
<u>EFF Open AudioLicense</u>	Conteúdo	S	S	Descontinuado em favor de CC-BY-SA.

LICENÇA	DOMÍNIO	BY	SA	COMMENTS
<u>Free Art License (FAL)</u>	Conteúdo	S	S	Pouco utilizada.
<u>GNU Free Documentation License (GNU FDL)</u>	Conteúdo	S	S	Incompatível com qualquer outra licença. Somente conforme se não houver texto de capa ou seções invariantes
<u>MirOS License</u>	Code, Conteúdo	S	S	Pouco utilizada.
<u>Open Government License Canada 2.0</u>	Conteúdo, Dados	S	S	Não-reutilizável. Para uso do Governo Federal Canadense. Nota: a versão 1.0 não foi aprovada como conforme. Nota: várias províncias e municípios Canadenses desenvolveram licenças não reutilizáveis, cada uma com diferenças da OGL Canada Federal. Algumas não abertas.
<u>Open Government License United Kingdom 2.0 and 3.0</u>	Conteúdo, Dados	S	S	Não-reutilizável. Para uso do Governo do Reino Unido; re-utilizações de material OGL-UK-2.0 and OGL-UK-3.0 podem ser publicados sob a CC-BY ou ODC-BY. Nota: a versão 1.0 is não foi aprovada como conforme
<u>Talis Community License</u>	Dados	S	N	Somente esboço, licenças ODC.